



COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000

v.20, n.2, p. 68-88, jul.- dez., 2025

Jornalismo audiovisual decolonial em mídias alternativas: uma análise em perfis do Instagram a partir do estado de Roraima

Periodismo audiovisual decolonial en medios alternativos: un análisis de perfiles de Instagram del estado de Roraima

Decolonial audiovisual journalism in alternative media: an analysis of Instagram profiles from the state of Roraima

Ana Karoliny Chrystina Macedo de HOLANDA

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima.

e-mail: karol.holanda.ck@gmail.com

José Tarcísio da Silva OLIVEIRA FILHO

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima

e-mail: jtarcisiofilho@gmail.com

Enviado em: 30 nov. 2025

Aceito em: 27 dez. 2025

RESUMO

O artigo analisa como cinco perfis da plataforma Instagram voltados a ações de comunicação alternativa no estado de Roraima constroem narrativas decoloniais. A pesquisa fundamenta-se em estudos que discutem decolonialidade, colonialidade e a necessidade de um jornalismo mais crítico e humanizado. Além da pesquisa bibliográfica, a investigação fez uso da metodologia de análise do telejornalismo fronteiriço, desenvolvendo indicadores reflexivos dedicados a avaliar narrativas audiovisuais sob o olhar decolonial. Foram analisados 25 vídeos publicados entre 2023 e 2025 nos perfis Somos Migrantes, Resistir Produções, Etnoturismo Maikan Tour, La Mochila Migrante e o da jornalista e ativista indígena Ariene Susui. Os resultados apontam avanços no protagonismo, na valorização cultural e na quebra de estereótipos dos sujeitos condenados. Contudo, a contextualização das origens da colonialidade mostrou-se superficial ou ausente, revelando limites na abordagem crítica.

Palavras-chaves: Decolonialidade; Audiovisual; Roraima.

RESUMEN

Este artículo analiza cómo cinco perfiles de la plataforma Instagram dedicados a acciones de comunicación alternativa en el estado de Roraima construyen narrativas decoloniales. La investigación se fundamenta en estudios que abordan la decolonialidad, la colonialidad y la necesidad de un periodismo más crítico y humanizado. Además de la revisión bibliográfica, el estudio empleó la metodología de análisis del teleperiodismo fronterizo, desarrollando indicadores reflexivos orientados a evaluar narrativas audiovisuales desde una perspectiva decolonial. Se analizaron 25 vídeos publicados entre 2023 y 2025 en los perfiles Somos Migrantes, Resistir Producciones, Etnoturismo Maikan Tour, La Mochila Migrante y el de la periodista y activista indígena Ariene Susui. Los resultados señalan avances en el protagonismo, la valorización cultural y la ruptura de estereotipos de los sujetos condenados. No obstante, la contextualización de los orígenes de la colonialidad se mostró superficial o ausente, revelando límites en la profundidad crítica de las narrativas.

Palabras-clave: Decolonialidad; Audiovisual; Roraima.

ABSTRACT

This article examines how five Instagram profiles dedicated to alternative communication initiatives in the state of Roraima construct decolonial narratives about Indigenous peoples and migrants. The study is grounded in scholarship on decoloniality, coloniality, and the need for more critical and humanized forms of journalism. In addition to a literature review, the research employed a methodology for analyzing borderland television journalism, developing reflective indicators aimed at evaluating audiovisual narratives through a decolonial lens. A total of 25 videos published between 2023 and 2025 were analyzed across the profiles Somos Migrantes, Resistir Produções, Etnoturismo Maikan Tour, La Mochila Migrante, and that of Indigenous journalist and activist Ariene Susui. The results indicate advances in the protagonism, cultural valorization, and the breaking of stereotypes surrounding marginalized subjects. However, the contextualization of the origins of coloniality proved superficial or absent, revealing limitations in the critical approach.

Keywords: Decoloniality; Audiovisual; Roraima.

Introdução

O jornalismo, como aponta Ijuim (2023), trata-se de uma prática profissional que frequentemente reforça aspectos da colonialidade, tendo se originado a partir dessa lógica. Portanto, é comum o tratamento estigmatizado e invisibilizado de grupos minoritários e de pautas relacionadas a eles. Segundo Quijano (2005) e Maldonado-Torres (2024), apesar dos países colonizados não possuírem mais os status de colônias, as heranças do colonialismo ainda afetam o cotidiano das populações oriundas desses territórios. Diante disso, em uma perspectiva decolonial, é necessário que os condenados, como intitula Maldonado-Torres (2024) os povos que permanecem vítimas da colonialidade do saber, poder e ser, identifiquem seus status e atuem contra as práticas e saberes que tiveram origem no período colonial.

Os processos comunicacionais têm sido analisados como um dos atributos que podem contribuir para que o condenado realize esse reconhecimento e passe a reivindicar uma mudança contra o sistema dominante (Maldonado-Torres, 2024). Contudo, segundo Panis Kaseker e Ota (2023), o jornalismo não abre espaço para minorias, principalmente à população indígena. Portanto, esses povos não encontram nos veículos tradicionais um espaço que possa contribuir para a libertação do sistema colonial moderno. Diante desse cenário, as mídias alternativas tornam-se um meio de superar esse paradigma (Oliveira, Filho, 2025).

Esta pesquisa possui o objetivo de analisar como ações de comunicação alternativa desenvolvidas na plataforma de mídia social Instagram, operacionalizadas a partir do estado de Roraima, contribuem para a concretude das projetos político-pedagógico decolonial, em especial, o chamado giro decolonial. Por meio da metodologia de Oliveira Filho (2025), foram selecionados cinco perfis das seguintes ações informativas e independentes: Somos Migrantes, Resistir Produções, Etnoturismo Maikan Tour, La Mochila Migrante e o perfil da jornalista e ativista indígena Ariene Susui. O texto é estruturado em uma pesquisa bibliográfica inicial (Sousa et al., 2021) sobre o conceito de decolonialidade em uma aproximação com o jornalismo, seguido da construção metodológica e a análise de conteúdos audiovisuais produzidos pelos perfis selecionados via cinco indicadores.

Decolonialidade em um percurso histórico e latino-americano

Maldonado-Torres (2024) entende o conceito de decolonialidade como a libertação em relação aos ideais configurados no período colonial, além de um caminho de transformação social do condenado. Apesar da liberdade política das antigas colônias, por meio das declarações de independência, o indivíduo ainda se encontra no sistema construído pelos colonizadores, ou seja, não se trata de um passado esquecido e sim um presente vivo, entrelaçado com a própria noção eurocêntrica de modernidade. Além do conceito de decolonialidade, é importante compreender outros que envolvem essa problemática e acabam se relacionando entre si, como colonialidade, colonialismo e descolonização.

Colonialismo trata-se da formação das colônias e, na modernidade, da colonização do mundo pelos impérios colonizadores. Já colonialidade é o raciocínio global da desumanização e sua continuidade mesmo após o fim das colônias, como as consequências da escravidão – que é o que se mantém no tempo presente. A descolonização é projeto inacabado que se refere ao momento histórico em que as colônias se revoltaram e exigiram a independência. Portanto, segundo Maldonado-Torres (2024), a partir da decolonialidade, é necessário recordar a colonização e compreender que, apesar de seu fim e das posteriores liberdades econômica e política, as lógicas colonialistas continuam existindo. Desse modo, “decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (Maldonado-Torres, 2024, p. 41).

Outro conceito relacionado é o de modernidade. Entende-se que a modernidade não se trata apenas de avanços sociais, culturais, econômicos e políticos ocidentais em detrimento a outras práticas e formas de organização de sociedades tratadas, de modo discriminatório pelo homem branco, como “selvagens”, sendo assim, uma ferramenta colonial para subjugar o sujeito condenado. Sob o olhar da decolonialidade, é necessário mudar o pensamento em relação às outras formas de experimentar e ver o mundo que não se enquadram na noção ocidental de modernidade (Maldonado-Torres, 2024).

A perspectiva é semelhante à de Quijano (2005), que afirma que a noção de modernidade é eurocêntrica, constituída como uma forma de controle. Logo, trata-se de uma experiência europeia produzida para separar o que é moderno (este associado à Europa) e

primitivo (associado às colônias), evidenciando as diferenças entre colonizadores e colonizados. Além disso, o sociólogo peruano questiona a modernidade como um produto exclusivo europeu, pois havia traços de modernidade, como ciência, tecnologia e pensamento racional em outras civilizações até mais antigas que as europeias. Neste contexto, Maldonado-Torres (2024) elabora 10 teses para entender as complexidades dessas relações e como o sujeito, em uma instância coletiva, pode agir mudar a sua posição de “condenado”.

A tese inicial explica que decolonialidade, colonialismo e os conceitos relacionados geram ansiedade no condenado. Isso se deve por duas razões: a primeira é que esses conceitos rompem com a segurança e a conformidade do sujeito, pois desestabilizam instituições modernas, como o Estado-Nação. A segunda aponta para a necessidade do sujeito condenado se ver como um questionador, agente de ação. Esse movimento do condenado leva a uma tentativa da máquina colonial a dispensá-lo, desviá-lo do problema principal e minimizar suas dores para retardar a virada do colonizado como um questionador, chamado de *priori performativo* (Maldonado-Torres, 2024).

Neste ponto, o autor concede elementos sobre uma tese posterior, a da *virada/giro decolonial*, sendo, por meio da ação do sujeito, o instante em que ele reconhece a atuação da colonialidade em seu corpo e passa a agir contra o sistema. Este ponto é interessante, pois demonstra como os meios de comunicação podem ser espaços que contribuem para o giro decolonial e até gerem mobilizações coletivas de grupos historicamente oprimidos. Um exemplo, foi a viralização, em 2013, do movimento negro *black lives matter* (no português, “vidas negras importam”), que buscou denunciar a violência contra as pessoas negras nos Estados Unidos - obtendo apoio em plataformas de mídias sociais de coletivos de diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil.

A colonialidade também permeia outras teses do autor. Relacionada a tragédias, como naturalização das guerras, violência, morte, estupro, escravidão e extermínio, sua emergência controla o sujeito e sua visão de mundo ao moldar as dimensões do ser, do saber e do “poder, mantendo a lógica colonial em relação ao tempo, ao espaço e à subjetividade. Desse modo, os pontos abordados são fundamentais para compreender o funcionamento do colonialidade. Cada uma das dimensões é composta por três componentes básicos: “Saber: sujeito, objeto, método. Ser: tempo, espaço, subjetividade. Poder: estrutura, cultura, sujeito” (Maldonado-Torres, 2024, p. 42). Vale ressaltar que a “subjetividade” permeia as três

dimensões. Portanto, o sujeito é composto por essas dimensões e componentes básicos: ser, saber, poder, tempo, espaço e subjetividade. Desse modo, o indivíduo “é um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável” (Maldonado-Torres, 2024, p. 42).

Entre as outras teses¹, enfatizamos a sétima, quando diz, utilizando dos estudos de Frantz Fanon (2008), que “decolonialidade envolve um giro epistêmico decolonial, por meio do qual o condenado emerge como questionador, pensador, teórico e escritor/comunicador” (Maldonado-Torres, 2024, p. 53), assim, o sujeito transforma o seu pensamento, muda a sua atitude, abre o seu corpo para a decolonialidade e se torna um comunicador, questionador. O giro epistêmico decolonial, conforme mencionado anteriormente, é justamente essa mudança de atitude para uma ação anticolonial. Logo, a comunicação crítica atua como um escape dessa realidade do condenado, como uma forma de transformação social.

Quijano (2025) analisa a decolonialidade na realidade latino-americana, sendo que “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade” (Quijano, 2005, p. 3). Em referência à “criação” da América pelas metrópoles europeias, o autor realiza conexões com questões ligadas à raça, capitalismo, eurocentrismo, colonialismo e modernidade. Desse modo é possível entender que esses aspectos marcam a história de controle que permeia as relações entre as antigas colônias e os colonizadores.

A questão da raça não era presente antes do período colonial, se tornando então um mecanismo de dominação para subjugar os não brancos e as suas identidades e culturas. Por isso, há um conceito de raça antes e depois do descobrimento do chamado novo mundo. Nos territórios conhecidos hoje como América e África, os ibéricos conheceram diversos povos que possuíam nomes e modos próprios de socialização. Contudo, no lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra “coisa” além de negros e indígenas (Quijano, 2005). Portanto, a opressão baseada em raças permeia a colonialidade do poder.

Ademais, outra forma de colonialidade do poder é o capitalismo. Apesar de um sistema antigo, ainda é uma ferramenta atual de dominação de classes amplamente utilizada

¹ Neste artigo não discutimos todas as 10 teses de Maldonado-Torres (2024) devido a limitação de espaço. Desse modo, optamos por nos aprofundar naquelas que permitem tensionar a problemática da pesquisa e a etapa empírica.

na América para controlar as populações oriundas daqui, como as indígenas. O capitalismo surgiu como um meio de controle relacionado ao capital e ao mercado global, semelhante à escravidão e à servidão, e utilizando modelos econômicos anteriores ligados à produção mercantil, reciprocidade e salário, já que também estavam relacionados ao capital e ao mercado. Então “estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial” (Quijano, 2005, p. 3). A partir desse momento, os europeus passaram a instaurar e pregar o capitalismo e os ideais de raça para o resto do mundo, surgindo, assim, o eurocentrismo.

De acordo com Quijano (2005, p. 4), o capitalismo é meio de exploração e controle que “articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido”. Além disso, enquanto a Europa estava em um cenário de assalariada, a América Latina enfrentava ainda a economia baseada na mão de obra escrava com somente os brancos e, posteriormente, mestiços recebendo salários. Essa situação colocou a Europa ocidental como centro de controle do mercado mundial. Desse modo, entende-se que o capitalismo, sistema econômico dominante na atualidade, nasceu colonial, moderno e eurocêntrico. Em conjunto com o domínio das formas de trabalho, a Europa, se tornando o “centro” do mundo, passou a controlar a produção de conhecimento, a cultura e as singularidades do condenado.

Consoante a Maldonado-Torres (2024), Quijano (2005) também acredita que mesmo após o fim do período colonial, as antigas colônias se encontram vivendo na colonialidade. Para ele, essa situação é articulada a partir das ideias de raça, do capitalismo e do eurocentrismo que surgiu a partir do “descobrimento” da América. Tal teoria, criada pelo autor, é chamada de colonialidade do saber, que explica o novo padrão de poder mundial. Maldonado-Torres (2024) também cita tal concepção, contudo Quijano (2005) avança em pensar na colonialidade do poder como teoria e forma de explicar a tipologia dos controles que envolvem o mundo contemporâneo. Isso é evidenciado quando Quijano discute acerca do Estado-nação.

Os Estados-nações modernos são uma experiência específica que implica uma sociedade nacionalizada e politicamente organizada (Quijano, 2005). Portanto, é necessário à sobrevivência da democracia que a população possua uma (aparentemente) única identidade como pertencente à nação. Alguns países da Europa, como a França e Inglaterra,

e os Estados Unidos passaram por esse processo e se tornaram bem-sucedidos. Para isso ocorreu uma certa homogeneização da população e, como no caso dos Estados Unidos, também pelo extermínio de parte considerável dos povos originários. Desse modo, a branquitude corresponderia à construção identitária hegemônica da nação. Essa seria a “democratização” da sociedade. Contudo, como ressalta Quijano (2005), os negros e indígenas, a minoria política, não participavam das políticas de poder, já que eram escravos ou servos, dessa forma sendo quase extermínados e desapropriados de suas terras. Tal discriminação pode ser vista na sociedade estadunidense atual, a exemplo das violências contra pessoas negras e da política antimigratória de Donald Trump. Esses países do Norte influenciaram os países da América Latina a almejarem se tornar Estados-nações modernos. No Cone sul, o processo foi similar ao dos Estados Unidos, porém com diferenças. Na Argentina, por exemplo, houve a extrema concentração de terras, o inverso do que aconteceu no contexto estadunidense, que resultou em um estado oligárquico. Então, a identidade nacional que deveria surgir a partir dos imigrantes europeus não aconteceu, mesmo que diversas políticas de “branqueamento” da população tenham ocorrido ao longo dos anos (Braz, 2018).

Portanto torna-se difícil para os países latinos alcançarem o status de Estados-nações modernos. Em uma sociedade baseada na dominação colonial, não há democracia e nacionalismo. Segundo Quijano (2005), nesse cenário que América Latina se encontra, surge um paradoxo de Estados independentes e sociedades coloniais. Consoante, os senhores brancos dos países ibero-americanos pensam como e enxergam-se semelhantes aos europeus e diferentes dos negros e indígenas. Desse modo, destaca-se uma dependência histórica e estrutural. Portanto a colonialidade do poder mais uma vez retardava a evolução econômica nesses países para o capital industrial, já que ainda se encontravam no capital comercial. Além disso, outro fator que impossibilita, segundo o autor, é a própria ideia de raça, como já discutida, oriunda da colonialidade do poder, sendo um grande obstáculo do caminho para o surgimento dos Estado-nações latinos-americanos ao impedir a participação das minorias na formação dos Estados e de suas liberações.

A partir das discussões, entende-se que o eurocentrismo e os Estados Unidos influenciaram a formação dos países latinos e consequentemente a sociedade, a economia e a(s) identidade(s) nacional(is). Quijano (2005) defende que é preciso a descolonização para a libertação dos países ibero-americanos para surgirem os Estados-nações genuínos.

Ademais, pode-se compreender que é necessária uma concepção própria para tais territórios em níveis sociais, culturais, políticos e do conhecimento.

Decolonialidade e jornalismo: algumas interlocuções

Segundo Ijuim (2023) o jornalismo nasce como um produto e produtor da modernidade, essa que para Quijano (2005) e Maldonado-Torres (2024) é uma ferramenta eurocêntrica de controle social. Durante o seu desenvolvimento, nos séculos XVIII e XIX, o jornalismo se alinhou à ciência, ao cartesianismo e ao iluminismo, e acabou incorporando os ideais científicos, como a objetividade e a ética, que se tornaram os seus postulados (Traquina, 2005). Diante desse cenário, o jornalismo foi se aperfeiçoando e se tornando o que conhecemos hoje como um formador de opinião pública e defensor do direito à informação, premissas oriundas de correntes norte-americanas e europeias. Esses preceitos influenciaram principalmente as sociedades ocidentais, como a brasileira.

Voltando aos postulados, a objetividade é um dos principais valores jornalísticos, vem da relação de distanciamento entre observadores e objetos, com o intuito de garantir as utópicas imparcialidade, verdade e neutralidade em suas narrativas. Para Ijuim (2023) os postulados devem ser problematizados. Todos eles são importantes e válidos no fazer jornalístico, mas não proporcionam valores importantes para a impressão, a verdade e a neutralidade absoluta. Além disso, a objetividade não impede que a visão de mundo do jornalista ou a linha editorial do jornal não interfiram no trabalho final. Portanto para um jornalismo com olhar mais humano, “o jornalista, em sua rotina, deverá contar com a objetividade para melhor apuração possível, e deverá contar com a subjetividade para compreender e respeitar a subjetividade do Outro - um jogo de intersubjetividades” (Ijuim, 2023, p.85). Subjetividade, aliás, que no jornalismo é evitada nas linhas editoriais.

A partir de fragmentos textuais de matérias jornalísticas coletadas pelo autor envolvendo veículos brasileiros, é perceptível o longo trajeto que ainda é preciso percorrer para se chegar a um jornalismo humanitário e com uma visada mais alinhada ao projeto decolonial. O material selecionado olha para as minorias como um objeto e não como indivíduos, ao calar as minorias e reforçar estigmas. Além disso, os jornais não se preocupam tanto com questões sociais, pautando de forma predominante outros assuntos, como economia e política, evidenciando que a objetividade pode prejudicar a visão social do

profissional, ao somente olhar para os interesses das elites. É possível realizar uma articulação com a colonialidade (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2024), ou seja, essas atitudes desumanizam, em primeira instância, pessoas que fazem parte do grupo “condenado” pela modernidade ocidental; e em segunda instância, o próprio jornalismo. Diante disso, se faz necessário decolonizar o profissional jornalista para então decolonizar o jornalismo.

Para isso, Ijuim (2023) recorre às ideias de Maldonado-Torres (2024). Ou seja, as teses podem ser um recurso de reflexão crítica para desenvolver uma transformação em que o jornalista, que muitas vezes também é um condenado, se transforme em um pensador crítico e ativista. Essa mudança de mentalidade é necessária para o processo decolonial, pois além de decolonizar o sujeito, é preciso também decolonizar o componente ético-epistemológico que influencia os fazeres jornalísticos, como na produção das notícias. Ijuim (2023) afirma que esta proposta é um projeto inacabado que estará sempre em movimento.

O autor compartilha algumas orientações para que tal transformação ocorra efetivamente e o jornalismo se torne de fato humanizado e alinhado às premissas decoloniais. A primeira se refere à objetividade, que deve ser incorporada à subjetividade. Desse modo, o jornalismo trabalharia utilizando os preceitos científicos, obtendo, contudo, um olhar mais humano ao encarar a subjetividade do outro. Neste ponto, destacamos ainda a necessidade de validação de outros saberes para além dos produzidos pela ciência, como os oriundos da cosmovisão e do conhecimento dos povos originários (Kopenawa; Albert, 2023). A segunda é denominada “Pensar e Agir”, chamando atenção para a importância de não somente estar no mundo, como também andar de mãos dadas com ele. Esse entendimento é importante para que o jornalista se ponha ao lado dos interesses da sociedade e dos condenados. Outra diretriz é a da “Empatia”, quando o profissional deve-se colocar no lugar e se conectar com a realidade do outro. Por fim, a última orientação é o jornalismo ser posicionado. Citando Paulo Freire (1983), se posicionar reflete o compromisso de qualquer que seja o profissional com a sociedade. Além disso, o ativismo impede a neutralidade que, para Freire (1983), revela o medo.

Pela análise de Ijuim (2023), o jornalismo pode ser um (re)produtor das lógicas oriundas da colonialidade. Para mudar essa realidade é necessário ser humanizado, olhando para os outros como indivíduos e não como objeto, além de se preocupar e se colocar no contexto das minorias sociais e políticas - entretanto, sem se desapegar da objetividade (em

diálogo com a subjetividade), da ética e de outros postulados importantes que fazem parte da formação do campo profissional (Traquina, 2005). Neste sentido, no futuro, o jornalista e o jornalismo de nações com histórico colonial podem alcançar a decolonialidade.

Com ênfase nos povos originários, um dos grupos subjugados pelos colonizadores por séculos, Panis Kaseker e Ota (2023) discutem a relação do jornalismo, mais especificamente o telejornalismo, com os indígenas no Brasil, tratando também do desenvolvimento da etnomídia, que retrata a autorrepresentação de indivíduos que foram esquecidos como sujeitos comunicacionais. Para as autoras, apesar da significativa presença das mídias indígenas em escala regional, o jornalismo hegemônico limita a presença desses indivíduos e de suas dores e reivindicações. Isso acontece não somente por evidenciá-los apenas em datas comemorativas, registros de manifestações e pautas relacionadas ao drama, como conflitos e mortes, mas também pela ausência de tratar de seus acontecimentos oriundos da colonialidade como um problema recorrente, como o genocídio e o garimpo (Panis Kaseker; Ota, 2023). Isso ocorre apenas quando o acontecimento torna-se crítico, a exemplo da ampla cobertura jornalística envolvendo a tragédia dos povos Yanomami no estado de Roraima, em janeiro de 2023. Em conjunto, percebe-se que em suas rotinas produtivas, os jornalistas não se preocupam na contextualização dos fatos em notícias ligadas à realidade indígena, inclusive na ausência do resgate do colonialismo como causa de muitos dos problemas e preconceitos enfrentados por essas populações.

Além disso, uma crítica mais relacionada ao jornalismo audiovisual, nos critérios de escolha de fontes, os jornalistas frequentemente selecionam as que coincidem com as suas opiniões e que ocupam alta posição social – frequentemente pessoas não indígenas. Segundo Bourdieu (1997), essas fontes são chamadas de *fast-thinkers*, ou seja, eles pensam de forma rápida e contribuem para a mesmice nos depoimentos jornalísticos. Bourdieu (1997) explica que os telejornais noticiam mais pautas que atendem aos interesses da grande população. Por outro lado, acontecimentos que envolvem as causas indígenas, estes que foram dizimados ao longo da exploração colonial, tendem a ficar de fora dos noticiários - enfatizando, também, como a população geralmente não se interessa por essas questões. Outra crítica é sobre o jornalista preestabelecer respostas, prática que desconsidera outros discursos, especialmente os dos povos originários. Uma situação que resulta em “textos monológicos, compostos pela singularidade de voz e que não contemplam a complexidade das realidades sociais” (Panis Kaseker; Ota, 2023, p. 166).

Apesar do cenário desanimador, com o passar dos anos comunicadores e mídias indígenas se organizaram como uma forma de resistência à mídia tradicional brasileira, como a Rede Wakywai², com o apoio do Conselho Indígena de Roraima (CIR), em que os próprios indígenas narram sobre sua realidade, respeitando os costumes e as crenças das etnias que fazem parte do projeto, e registrando uma atuação relevante no contexto da Pandemia da Covid-19. Esse movimento, entre tantos outros, se configura como uma ação anti-eurocêntrica e decolonial que, entrelaçada ao fenômeno da autorrepresentação, contribui para uma mudança comunicacional, segundo Panis Kaseker e Ota (2023). De acordo com as autoras, essa crescente visibilidade dos povos originários em diferentes mídias possibilitou a ocupação de espaços a partir do protagonismo e aumento expressivo de estudantes indígenas nas universidades. Cabe ressaltar que aqui tomamos a discussão com base nos povos indígenas, mas a situação é semelhante quando lidamos com outros públicos que compõem a categoria condenado, como pessoas negras e afrodescendentes.

Tessitura metodológica para análise

Partindo do pensamento de Villanueva et al. (2023), ao alinharmos a comunicação com as ideias decoloniais, as mídias digitais podem se constituir como um importante espaço de resistência e comprometido com a libertação, permitindo maior inclusão de grupos sociais historicamente excluídos e afetados pela colonialidade. No atual ecossistema midiático, a comunicação se potencializa não apenas nos meios tradicionais, mas também em plataformas digitais, como as de mídias sociais e *streaming*, atingindo públicos diversos. Segundo Oliveira Filho (2025, p. 7), ao pensar para além do telejornalismo de emissoras privadas e comerciais brasileiras, as produções audiovisuais informativas de caracteres alternativo e independente, nascidas na coletividade e nos movimentos sociais, “podem emergir como espaço mais livre para a visibilidade das identidades locais e de suas disputas envolvendo a decolonialidade”.

Logo, a partir dos estudos sobre a colonialidade do poder, ser e saber (Maldonado-Torres, 2024; Quijano, 2005), o telejornalismo decolonial, alternativo e independente torna-se um meio do condenado assumir o protagonismo no processo de produção de conteúdo. Desse modo, as produções, em teoria, seriam voltadas a conceder visibilidade às manifestações críticas e expor a luta do condenado contra a colonialidade, auxiliando na

² Wakywai significa “nossa notícia” na língua dos povos Wapichana.

criação da identificação por parte desses sujeitos e contribuindo, portanto, para o giro colonial e a concretização da decolonialidade enquanto projeto político-acadêmico.

Em uma aproximação empírica, buscamos analisar produções audiovisuais alternativas produzidas para mídias sociais, oriundas do estado de Roraima, que lidam com temas de interesse dos condenados e com proposta informativa. A metodologia é inspirada na pesquisa de Oliveira Filho (2025), que desenvolve indicadores que permitem refletir acerca do modo como os condenados são representados na materialidade audiovisual investigada e como esta pode colaborar para despertar a consciência de suas posições sociais em contextos demarcados pela colonialidade, contribuindo ao giro decolonial.

A proposta é fundamentada pelas teorias da Narratologia de Luiz Gonzaga Motta (2013), Audiência Presumida de Alfredo Vizeu (2006) e Dramaturgia do Telejornalismo de Iluska Coutinho (2006). Esses pressupostos contribuem para “reconhecer as dinâmicas e os sentidos culturais que perpassam pelas narrativas e de buscar alternativas que possam desconstruir (e reconhecer de maneira inclusiva) os imaginários coletivos que frequentemente são relativos à colonialidade do ser” (Oliveira Filho, 2025, p. 11). Neste sentido, o autor delineia um método que permite analisar narrativas jornalísticas audiovisuais em plataformas de mídias sociais, reportagens, documentários e etc. sob o olhar decolonial, via indicadores reflexivos, que atuam como perguntas ao objeto analisado. Nesta pesquisa, realizamos adequações de acordo com o nosso horizonte teórico e o problema de investigação, chegando aos seguintes indicadores de análise:

- 1) Os condenados são protagonistas nos vídeos analisados?
- 2) A narrativa valoriza a cultura e a representatividade dos povos condenados?
- 3) A narrativa promove a quebra de estigmas em relação aos grupos minorizados?
- 4) A narrativa estimula a consciência sobre a experiência dos sujeitos oprimidos pela colonialidade?
- 5) É possível compreender as origens dos conflitos sociais a partir de aspectos ligados à colonização?
- 6) A narrativa estimula atitudes decoloniais?

A investigação tem como objetos empíricos vídeos curtos, denominados reels, de perfis da plataforma de mídia social Instagram, oriundos do estado de Roraima e ligados a temáticas voltadas a minorias/condenados. A partir de um movimento exploratório realizado

na plataforma, foram selecionados os seguintes perfis: Somos Migrantes (Somos Migrantes, s.d.), Resistir Produções (Resistir Produções, s.d.), Etnoturismo Maikan Tour (Etnoturismo Maikan Tour, s.d.), La Mochila Migrante (La Mochila, s.d.) e o perfil da jornalista e ativista indígena Ariene Susui (Ariene Susui, s.d.).

Os perfis representam a diversidade sociocultural de Roraima. O da jornalista e ativista indígena Ariene Susui conta com pouco mais de 5 mil seguidores³ e é voltado à política, militância e defesa dos povos originários do Brasil. O da Resistir Produções, organizado por um coletivo de jornalistas locais e com cerca de 1.500 seguidores, compartilha notícias e promove a valorização e o protagonismo dos povos indígenas. Com 2 mil seguidores, o La Mochila Migrante lida com a representação cultural e artística, principalmente de imigrantes venezuelanos por meio de produções audiovisuais. O Somos Migrantes, com quase 3.500 seguidores, é oriundo de um projeto de extensão do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima, como foco na criação de uma rede de apoio aos imigrantes que residem ou transitam por Roraima. O Etnoturismo Maikan Tour, com pouco mais de 500 seguidores, possui o objetivo de promover o turismo na região da Raposa Serra do Sol, terra indígena situada no nordeste do estado.

Para a composição do corpus de análise, foram coletadas as cinco postagens mais recentes em formato de reels de cada perfil, tendo como marco temporal o mês de julho de 2025 e totalizando 25 itens de análise. Também foram considerados dois critérios de seleção: i) a delimitação de vídeos com no máximo um minuto de duração, por serem mais fáceis de serem engajados e próximos da experiência de consumo dos jovens, principal público da plataforma; ii) vídeos que possuem alguma ação de composição audiovisual (como edição), excluindo, assim, reels constituídos apenas de imagens estáticas, como fotografias.

Experiência analítica sob o olhar decolonial

Com referência aos seis eixos desenvolvidos a partir da metodologia de Oliveira Filho (2025), a etapa analítica buscou refletir sobre a representação do condenado, a abordagem de aspectos decoloniais e a contribuição das narrativas audiovisuais para o giro decolonial. Em relação ao primeiro indicador, que indaga sobre o protagonismo dos condenados, verificou-se que na maioria dos vídeos eles são de fato protagonistas. Sejam imigrantes,

³ Os dados sobre a quantidade de seguidores dos perfis selecionados referem-se a julho de 2025.

indígenas ou pessoas negras, frequentemente possuem voz ativa, como nos perfis da Resistir Produções e da Ariene Susui, em que em todos os cinco reels selecionados identifica-se o protagonismo de sujeitos que compõem a categoria condenado. Desse modo, tornam-se agentes políticos e porta-vozes de ações de mobilização, como é evidenciado em uma postagem da Resistir Produções que reproduz manifestações populares e o discurso da deputada federal transsexual negra Érika Hilton durante o Acampamento Terra Livre (ATL) – movimento de povos indígenas em defesa de seus direitos constitucionais.

Este protagonismo pode ser examinado como um exemplo da virada decolonial, quando o condenado se torna um agente com voz e corpo ativos, reconhecendo as pressões oriundas da colonialidade e mudando sua atitude por meio de ações decoloniais (Maldonado-Torres, 2024). Neste caso, os vídeos demonstram a importância da comunicação na circulação dessas atitudes, contribuindo para o processo da virada colonial de outros condenados que podem se identificar com os sujeitos que protagonizam os audiovisuais. Contudo, vale ressaltar que há vídeos em que o protagonismo dos condenados é tímido ou nulo. É o caso do reels publicado no dia 13 de abril de 2024 no perfil Somos Migrantes, com o objetivo de indicar a leitura de um trabalho acadêmico voltado à imigração venezuelana. Em nenhum momento há alguém que represente o próprio imigrante. No perfil Etnoturismo Maikan Tour, apesar de se apoiar no etnoturismo, a maior parte das vozes nos vídeos é de turistas e não indígenas. Assim, verifica-se o direcionamento apenas ao turismo, como uma atividade de consumo apoiada no território indígena da Raposa Serra do Sol, num sentido próximo à noção colonialista e eurocêntrica do capitalismo (Quijano, 2005).

Em relação ao segundo indicador, que trata da valorização da cultura e da representatividade do condenado, é frequente nos 25 vídeos analisados a exibição de simbologias ligadas à cultura desses povos, como cantos, línguas maternas, músicas, danças e adereços. Como no trailer de um curta-metragem referente ao ritmo tradicional da cultura venezuelana, o Calipso, postado no dia 23 de fevereiro de 2024 no perfil La Mochila Migrante, que mostra uma banda performando o estilo musical. A representatividade e a valorização acontecem de maneiras distintas, de acordo com o objetivo dos respectivos perfis: diferente do La Mochila Migrante, nas produções da jornalista da etnia Wapichana, Ariene Sussui, a representatividade é voltada ao campo político, ao posicionar os povos indígenas como sujeitos necessários para as decisões políticas em diferentes escalas geográficas. Esse movimento se aproxima às premissas da etnomídia, que aborda a

autorrepresentação das minorias contra a invisibilidade nos grandes veículos de comunicação (Panis Kaseker; Ota, 2023).

Sobre o terceiro eixo, que tensiona se conteúdo promove a quebra de estigmas em relação aos grupos minorizados, verificou-se que os vídeos geralmente contribuem para o rompimento dos estereótipos negativos. Parte considerável dos vídeos trazem uma perspectiva nova sobre os condenados, como agentes transformadores. No vídeo postado no dia 10 de abril de 2025 no Resistir Produções, por exemplo, é exibido que a deputada federal indígena Célia Xakriabá sofreu violência política durante a ATL. Além de denunciar a violência contra os povos originários, inclusive aqueles que estão em cargos de autoridade política, a narrativa conduz à interpretação da reação da deputada como um ato de coragem e diante da agressão simbólica.

No quarto eixo, que explora se a narrativa contribui com a experiência dos sujeitos oprimidos, observou-se, considerando o corpus analisado, que dos cinco perfis, quatro retratam as vivências dos condenados. Na maioria dos vídeos do Somos Migrantes, Resistir Produções, La Mochila Migrante e Ariene Susui, os condenados possuem protagonismo no relato de seus cotidianos. Ocasionalmente, o contato do usuário com essa experiência narrativa é possível por meio da indicação de outros conteúdos audiovisuais que possuem relação com a proposta do perfil, como a exibição no perfil La Mochila Migrante de um trecho do filme independente *Pénon*, produzido em 2023 e dirigido por Brandon Ra Pestano.

A produção cinematográfica conta a história da liderança indígena Juvêncio Gomez, da etnia Taurepang da Gran Sabana, localizada na Venezuela, próxima da fronteira com Roraima. Nela, o líder narra a sua vivência e entre as suas falas, diz que “[...] é muito importante sabermos de onde viemos. Para não sermos escravos de ninguém”. São esses e outros depoimentos que remontam e dão concretude às consequências do colonialismo, a exemplo da colonialidade do poder e do ser (Quijano, 2005). Ilustra, ainda, o potencial de reflexão crítica para o espectador, de reconhecer forças e dinâmicas da colonialidade que muitas vezes são invisíveis ao seu cotidiano.

Neste eixo, apenas os vídeos do perfil Etnoturismo Maikan Tour não contribuem com depoimentos e experiências dos condenados, evidenciando, como já dito, na promoção do turismo enquanto consumo e nas experiências dos visitantes.

O quinto e penúltimo indicador é dedicado a refletir se as narrativas contribuem para compreender as origens dos conflitos sociais a partir de aspectos ligados à colonização. Concluiu-se que é o eixo mais deficiente nos vídeos analisados. Um exemplo deste cenário é na publicação do dia 15 de abril de 2025 na conta do Resistir Produções, em que o conteúdo mostra as manifestações do ATL. É possível analisar o audiovisual a partir da interpretação, indireta, em que as manifestações do Acampamento Terra Livre são reações ao sistema colonialista, ou seja, um recurso de resistência dos povos originários pelos direitos negligenciados e um espaço para manifestar o poder político e de mobilização dos indígenas. Logo, não é possível compreender as origens, mas as consequências da colonização. As contas Somos Migrantes, La Mochila Migrante e de Ariene Susui também possuem conteúdos que possibilitam compreender os conflitos a partir da colonização, porém também de forma indireta em seguite à linha editorial de cada perfil.

Por fim, no último indicador, que reflete sobre o potencial da narrativa em estimular atitudes decoloniais, é perceptível que a maioria dos perfis, a partir da análise dos vídeos, concede visibilidade a ações decoloniais que podem contribuir para o giro decolonial do condenado. O incentivo ocorre em diferentes camadas. Os casos mais nítidos acontecem nos perfis com abordagens mais ativista, como o de Ariene Susui e o da Resistir Produções, que promovem discussão e fomentam assuntos políticos, além de incentivar a luta pelos direitos indígenas, como a cobertura de manifestações e a importância do voto em políticos alinhados a causas sociais.

Esse contexto está alinhado ao estudo de Oliveira Filho (2025), que aborda o jornalismo audiovisual decolonial como recurso de luta por direitos. O La Mochila Migrante, a partir da divulgação de trailers de filmes e documentários, induz à valorização cultural dos imigrantes e o respeito às diferenças. No perfil Somos Migrantes é comum o foco nos relatos de imigrantes, os posicionando como porta-vozes de suas experiências e agentes de transformação – mesmo com algumas exceções, como já mencionado. Entretanto, esse fator não deve ser visto como um problema, mas também como uma oportunidade de abordagens interculturais (Cogo, 2006), que envolvem sujeitos de diferentes nacionalidades. Um exemplo é o vídeo publicado no dia 13 de abril de 2025, com a proposta de indicar um trabalho acadêmico com a temática da imigração desenvolvida por um pesquisador brasileiro. Mesmo sem o imigrante, a presença de um sujeito nacional que defende a causa migrante é relevante

para o acolhimento ao condenado, se aproximando da proposta do jornalismo humanitário defendido por Ijuim (2023).

Nos cinco vídeos do perfil Etnoturismo Maikan Tour, as narrativas audiovisuais não permitem estimular atitudes decoloniais por estarem vinculados às experiências dos turistas no território indígena Raposa Serra do Sol.

Considerações finais

Segundo Maldonado Torres (2024) e Quijano (2005), apesar da libertação política das colônias em relação às antigas metrópoles, os povos colonizados, chamados atualmente de condenados, ainda se encontram presos às heranças do sistema colonial. Portanto, sofrem as consequências da colonialidade, cuja origem se remete às matrizes eurocêntricas de vivenciar o mundo e validar os conhecimentos e saberes. Desse modo, o projeto acadêmico e político da decolonialidade convoca os condenados a agirem em favor da libertação, atitude possível por meio do giro decolonial, em que a comunicação pode atuar enquanto ferramenta estratégica de mobilização e autorreflexão.

Contudo, o jornalismo hegemônico frequentemente reforça as forças que mantém a colonialidade, perpetuando estigmas, sistemas de poder e a posição do condenado na sociedade (Ijuim 2023). Assim, as mídias alternativas se tornaram um espaço para os grupos minorizados manifestarem os seus interesses, atos de resistência, práticas culturais e luta por direitos. A pesquisa aqui empreendida conclui que há contribuições e limitações na construção das narrativas tomadas para a investigação através dos cinco perfis da plataforma Instagram com temáticas ligadas aos povos, territórios e acontecimentos de Roraima. De modo geral, os condenados, principalmente indígenas e imigrantes venezuelanos, emergem como protagonistas na maioria dos vídeos selecionados. Foi constatado que há valorização cultural e representatividade, de acordo com o público que compõem a política editorial do perfil analisado.

A quebra de estigmas e a compreensão da experiência dos oprimidos são outros aspectos positivos identificados. No primeiro, os vídeos promovem o rompimento de estereótipos negativos ao mostrarem os condenados como agentes transformadores, com voz ativa e engajados na luta pelos seus direitos. No segundo, a maior parte dos reels estimula a compreensão das experiências dos oprimidos, contribuindo para a quebra de preconceitos

sobre esses povos. Por outro lado, percebeu-se que todos os vídeos analisados não contextualizam as origens dos conflitos a partir de aspectos ligados à colonialidade/colonialismo, o quinto eixo de análise. O resultado pode ser compreendido devido à normatização das práticas que envolvem a colonialidade do poder, ser e saber que mesmo perpassando pela realidade dos países latino-americanos (Quijano, 2005), não são problematizadas ou resgatadas em nosso cotidiano.

A partir da análise, apesar das limitações identificadas, entende-se a importância das mídias alternativas e das plataformas de mídias sociais para o enfrentamento das lógicas da colonialidade e para a contribuição com o giro decolonial (Maldonado-Torres, 2024), mesmo que esse processo dependa também de outras experiências. No contexto regional de Roraima, a pesquisa contribui no sentido de voltar a experiência empírica para produções não hegemônicas, de modo a reconhecer ações coletivas midiáticas, jornalísticas ou não, que contribuem para contrapor o silêncio midiático sobre populações e eventos que escapam dos eixos de poder econômico, político e midiático brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ARIENE SUSUI. **Ariene Susui**. Instagram: @ariene_susui. Reels. [Perfil no Instagram]. Disponível em: https://www.instagram.com/ariene_susui/. Acesso em: 8 jul. 2025.
- BOURDIEU, P. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAZ, D. Onde estão os negros na Argentina? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, v. 10, n. 1, p. 363-374, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/544>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- COGO, D. **Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- COUTINHO, I. M. Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV. In: VIZEU, A.; MOTA, C.; PORCELLO, F. (Orgs.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006, p. 99-124.
- ETNOTURISMO MAIKAN TOUR. **Etnoturismo Maikan Tour**. Instagram: @etnoturismo.raposa23. Reels. [Perfil no Instagram]. Disponível em: <https://www.instagram.com/etnoturismo.raposa23/>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- IJUIM, J. K. Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o jornalismo. **Pauta Geral: Estudos em Jornalismo**, v. 10, n. 1, p. 76-93, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/RevistaPautaGeral.v.10.21874>.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **O espírito da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

LA MOCHILA. **La Mochila Migrante**. Instagram: @lamochilamigrante. Reels. [Perfil no Instagram]. Disponível em: <https://www.instagram.com/lamochilamigrante/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 27-54.

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Ed. UnB, 2013.

OLIVEIRA FILHO, J. T. S. Teleperiodismo de frontera y decolonialidad: reflexiones teóricas y propuesta para el análisis de narrativas. **Razón y Palabra**, v. 29, n. 122, p. 1-20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.26807/rp.v29i122.2216>.

PANIS KASEKER, M.; OTA, A. Y. O telejornalismo e o reconhecimento dos povos indígenas do Brasil como sujeitos comunicacionais. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 152, p. 155-171, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

RESISTIR PRODUÇÕES. **Resistir Produções**. Instagram: @resistirproducoes. Reels. [Perfil no Instagram]. Disponível em: <https://www.instagram.com/resistirproducoes/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SOMOS MIGRANTES. **Somos Migrantes**. Instagram: @somosmigrantes.rr. Reels. [Perfil no Instagram]. Disponível em: <https://www.instagram.com/somosmigrantes.rr/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SOUZA, A.; OLIVEIRA, G.; ALVES, L. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são? Florianópolis: Insular, 2005.

VILLANUEVA, E.; LIMA, V.; CARRASCO, H. Comunicação-decolonialidade: insurgências epistêmicas, teóricas e práticas. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 22, n. 42, p. 18-22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55738/alaic.v22i42.1016>.

VIZEU, A. Telejornalismo: das rotinas produtivas à audiência presumida. In: VIZEU, A.; MOTA, C.; PORCELLO, F. (Orgs.). **Telejornalismo**: a nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006. p. 19-40.

BIOGRAFIA DOS AUTORES

ANA KAROLINY C. MACEDO DE HOLANDA

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima. Desenvolveu projetos de pesquisa, em nível de iniciação científica, vinculados à decolonialidade e ao telejornalismo em regiões de fronteira. É integrante do Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: jornalismos, migrações e audiovisual (CNPq/UFRR).

E-mail de contato: karol.holanda.ck@gmail.com

JOSÉ TARCÍSIO DA SILVA OLIVEIRA FILHO

Jornalista (UFV), Mestre (UFJF) e Doutor em Comunicação Social (UFMG). É professor do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Realizou estágio pós-doutoral sobre telejornalismo e decolonialidade na Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, em Caracas, Venezuela. Lidera o Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: jornalismos, migrações e audiovisual (CNPq/UFRR).

E-mail de contato: jtarcisiofilho@gmail.com